

O “SER CHILENO” EM QUESTÃO: IDENTIDADE NACIONAL E POLÍTICA

THE “CHILEAN BEING” IN QUESTION: NATIONAL IDENTITY AND POLITICS

Maria Helena Rolim Capelato
Universidade de São Paulo

Correspondência:

Av. Prof. Lineu Prestes 338
Cidade Universitária - São Paulo-SP - CEP 05508-900
E-mail: mhcapelato@terra.com.br

Resumo

O texto tem como objetivo compreender o significado de interpretações sobre *chilenidad* realizadas por autores chilenos entre as décadas de 1920-50. Procuo mostrar, através de ensaios que apresentam perspectivas diversas na abordagem do tema, as posições ideológicas e preocupações políticas que nortearam os estudos sobre “identidade” ou “caráter” nacional chileno no referido período, levando em conta, também, aspectos da conjuntura histórica em que foram produzidos.

Palavras-chave: Chilenidade; identidade nacional e política; pensamento conservador.

Abstract

The purpose of the text is to understand the meaning of interpretations of *Chilenidad* (Chileaness) made by Chilean authors from the 1920s to the 1950s. Through essays presenting different perspectives addressing the theme, I attempt to show the ideological positions and political concerns that oriented studies of Chilean national “identity” or “character” during the period mentioned, also taking into account aspects of the historical context in which they were produced.

Keywords: *Chilenidad* (Chileaness); national identity and politics; conservative thought.

Introdução¹

O tema das identidades nacionais foi intensamente debatido nos países latino-americanos durante a primeira metade do século XX. Esse debate foi decorrente de uma forte crítica à modernização construída em países latino-americanos, a partir das últimas décadas do século XIX com base nas ideias e modelos da civilização europeia.

O “culto cego” à Europa acabou se diluindo a partir de perspectivas novas e sentimentos de desilusão profunda em relação ao “Velho Mundo”, devastado pela Primeira Grande Guerra. Tal Conflito causou grande impacto na América Latina e acabou provocando redefinições em relação ao papel das nacionalidades latino-americanas frente a um mundo novo que se vislumbrava no horizonte.

Foi no “entre-guerras” que as preocupações com as identidades nacionais se tornaram imperativas: a mudança de perspectiva em relação a uma Europa “em ruínas” resultou na busca de um modelo de vida próprio em consonância com a história e a cultura de cada país. Nesse contexto, termos como “autenticidade”, “originalidade” se tornaram palavras-chave no repertório de ideias dos autores que se propunham a contribuir para o fortalecimento das nacionalidades.

O fator externo – I Grande Guerra – contribuiu para reflexões sobre o lugar da América Latina num mundo em transformação. No entanto, as redefinições das identidades nacionais não se explicam, apenas, a partir desse aspecto, porque a compreensão das condições internas é fundamental neste tipo de análise. Cabe, portanto, levar em conta as especificidades de cada país e as conjunturas nas quais ocorreram mudanças em relação às identidades nacionais.

O texto compõe-se de três partes: na primeira, procuro acompanhar a construção do mito criado em torno de Diego Portales, considerado um dos pais fundadores da nacionalidade chilena, mito este que ainda persiste nas representações sobre identidade chilena; na segunda, a ênfase será posta nas ideias expostas pela corrente revisionista hispânica que demonstrava especial preocupação com a identidade nacional entre os anos 1930-50; na terceira, chamo a atenção para a revalorização de traços da identidade nacional com perfil conservador após o golpe de 1973, revalorização esta que tinha como objetivo justificar o golpe e a ditadura militar.

¹ O tema proposto para análise faz parte de um projeto mais amplo que venho desenvolvendo sobre o “caráter nacional”, assunto privilegiado por inúmeros autores latino-americanos (argentinos, brasileiros, mexicanos, colombianos, porto-riquenhos, chilenos, etc.) entre as décadas de 1920-50. Os ensaios foram produzidos com o objetivo de expor aspectos positivos e negativos das identidades nacionais, visando o fortalecimento das respectivas nações que, a partir do pós-guerra, poderiam contribuir para a afirmação de um “novo mundo”.

O lugar do *mito Portales* na construção da identidade chilena

Seguindo pistas indicadas nas obras mais recentes sobre identidade nacional chilena, começo por mencionar interpretações sobre a *chilenidad* realizadas entre os anos 1920 e 1940.

Muitos textos desse período revelam preocupações e “sentimento de crise” frente às transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na transição do século XIX para o século XX. Foi nesse contexto que se constituiu o mito em torno do personagem político Diego Portales, reverenciado como um dos “pais fundadores” da nacionalidade chilena. Sua estátua, exposta na Praça da Constituição (Santiago) ao lado de Jorge Alessandri, Eduardo Frei e Salvador Allende, demonstra o lugar privilegiado que ocupa no panteão dos grandes vultos da Pátria.

A compreensão do significado mítico exige a apresentação do personagem Diego Portales, inserido no contexto em que se destacou como líder político.

A instabilidade governamental que se seguiu à Emancipação do país, preparou o caminho para a atuação de Diego Portales como Ministro do governo chileno entre 1831 e 1837. Ele se distinguiu como representante de um grupo de *propietários terratenientes*, denominado *pelucón*, e da Igreja, ambos afetados pelo avanço do republicanismo liberal, que propunha reformas contrárias a seus interesses. Descontentes com os rumos da nação, viram em Portales o guia seguro porque tinha um perfil de autoridade: contrário às ideias liberais, preocupava-se, acima de tudo, com a ordem, considerada condição indispensável para a vida econômica e política do país².

Personagem controverso, era visto por muitos como o *Organizador de la República* e por outros, como um *Ditador tirânico*. Líder político dos conservadores, Diego Portales combateu os liberais opositores do regime utilizando-se de duras medidas (desterros e fuzilamentos) com a justificativa de garantir a ordem. Sua presença no cenário político foi curta, mas atribuiu-se a ele a construção de um modelo de Estado forte que se manteve como tal até 1891, garantido prosperidade e ordem no país. Transformou-se em mito logo após ter sido assassinado em 1837 por motivos políticos; desde então, foi reverenciado *in memoriam* por sua postura firme e autoritária quando esteve à frente do poder.

O mito Diego Portales foi reavivado e se fortaleceu a partir de ensaios produzidos, sobretudo, entre os anos 1920-30 com propósitos políticos relacionados à conjuntura desse período.

² VILLALOBOS, Sergio R. *Chile y su historia*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1992. O autor apresenta uma história geral do Chile e menciona Diego Portales na parte referente à “Organização Nacional do Chile”, no item denominado “Portales, Caudillo de la Aristocracia”. Cabe ressaltar que o termo “caudilho” denota uma percepção negativa do personagem, contrária à imagem mitológica que foi criada em torno desse líder.

Nesses ensaios, o personagem foi apresentado ao público leitor, não só como grande líder político que esteve à frente do poder na condição de Ministro entre 1831 e 1837, mas também como autor da Constituição chilena de 1833. Esta versão veio a público no momento em que foi construída sua estátua em 1860: nesse monumento, Portales é representado com o braço estendido e a mão segurando um rolo que simboliza a Constituição. Análises históricas mais recentes esclarecem que sua participação no processo de elaboração da carta só ocorreu em seu final, além de atribuir as ideias conservadoras que a caracterizam a Don Mariano Egaña. Ainda assim, a estátua que o reverencia como autor da Constituição permanece intacta.

Autores chilenos que se identificavam com suas ideias, dedicaram muitas páginas para enaltecer Don Diego Portales. O primeiro a contribuir para a construção mais elaborada do mito foi Alberto Edwards, historiador, político e ensaísta.

Para melhor compreensão da história que A. Edwards construiu sobre Portales, cabe mencionar alguns dados sobre o autor. De origem britânica, filho de uma das primeiras grandes fortunas do país, escreveu, em 1903, uma síntese da história política do Chile, na qual criticou tanto políticos liberais ligados aos interesses dos grandes proprietários como os membros do Partido Radical, representantes de setores médios da sociedade. Filiou-se ao novo Partido Nacional constituído em 1909 e, na condição de deputado, demonstrou interesse pela mudança no processo eleitoral para eliminar o *caciquismo*, segundo o autor, produto da descentralização administrativa ocorrida em anos anteriores e que atribuía muito poder aos políticos locais.

A partir da década de 1920, mudanças políticas importantes ocorreram no Chile: em 1924, a eleição de Arturo Alessandri à Presidência da República significou o afastamento de setores das chamadas “aristocracia” ou “oligarquia” *terrateni-ente*, que comandavam a política até então.

No ano seguinte, ocorreram conflitos sociais intensos e, para fazer frente a eles, foi promulgada uma nova Constituição que introduziu uma ampla legislação social. Alberto Edwards, embora apoiasse o governo de Arturo Alessandri, referiu-se a uma forte crise política, mas não mencionou as questões sociais.

Edwards foi Ministro de Estado no governo de Alessandri e também no governo de Carlos Ibañez a partir de 1927.

Em 1925, após a queda do Presidente Arturo Alessandri, foi promulgada uma nova Constituição que pôs fim ao *Regime Parlamentar*. Nesse mesmo ano, foi eleito Presidente Carlos Ibañez, que governou na condição de ditador entre 1930-31. O Ministro A. Edward continuou fiel a Ibañez até sua queda; admirava esse líder político por sua “autoridade forte e justa, universalmente obedecida” e pela capacidade de impor “seu poder sobre a anarquia das almas”³.

³ Carlos Ibañez, militar que chegou, nesse período, ao posto de General, foi Ministro da Guerra e assumiu a Presidência do país em 1925; entre 1930-31, exerceu o poder de forma ditatorial.

Em 1927, mesmo ano em que Carlos Ibañez foi eleito Presidente, Edwards publicou seu livro mais importante: *La Fronda Aristocratica*. Nessa obra, revela preocupações com a situação do país, que estava marcada por confrontos sociais e políticos.

Tentando explicar os problemas do país naquele momento, fez menção a três fases da história republicana do Chile, apontando suas características mais significativas: na primeira (1831-1861), a aristocracia (*terratiente*), com receio da anarquia, entregou o poder a homens fortes. Esses “presidentes reis” [referia-se principalmente a Diego Portales], segundo o autor, governaram o Chile de forma autoritária, mas tiveram êxito. No segundo período (1861-1891), dois Presidentes da República compartilharam o poder com as oligarquias então agrupadas em partidos. Já na terceira fase (1891-1920), ou seja, durante a chamada *República Parlamentaria*, o poder dos presidentes se enfraqueceu e, em decorrência disso, o espírito de rebeldia resultou no triunfo da “fronda” e, a partir desse momento, teve início a decadência do Chile, segundo o autor.

Inspirado nas teses do autor alemão, Oswald Spengler, A. Edwards apresentou uma nova interpretação sobre história do Chile. Relembrando o período áureo da nação, ou seja, aquele no qual Diego Portales se destacara como grande líder, procurou mostrar que o país dos anos 1920 estava em “decadência. Referia-se aos conflitos que ocorreram a partir da aprovação da ampla legislação social de 1924, da promulgação de uma nova Constituição em 1925, da resistência das “oligarquias” a essas mudanças e das intervenções militares que ocorreram nesse cenário de conflitos.

Em *La Fronda...*, o autor deixou clara sua admiração por Diego Portales, à maneira dos “indivíduos magnos” spencerianos ou dos “personagens heroicos” de Carlyle, segundo Cristian Gazmuri em sua análise sobre as ideias de A. Edwards. O autor se refere também à sua admiração por outros pensadores conservadores como E. Burke, Charles Maurras, Renan, Gustave Le Bon, Taine, Comte. Mas, acima de tudo, caracterizou-o como seguidor das ideias de Spengler.

Edwards lera o primeiro Tomo de sua obra entre 1923 e 1925 e, após a leitura, confessou que ela revolucionara seu espírito, permitindo-lhe ver as coisas de outra maneira⁴.

Ao se referir à nação, A. Edwards expunha uma perspectiva vitalista, orgânica, explicitada nos seguintes termos: a nação se assemelha a um organismo vivo, tem uma alma, constrói a história e um devir marcado por um ciclo vital. Ao mencionar os “herdeiros do Chile colonial”, demonstrou admiração a eles por terem preservado os valores espirituais do passado, ou seja, valores hispânicos, após a

⁴ Os comentários e referências sobre A. Edwards expostas nesse item foram retirados do artigo do historiador chileno Cristian Gazmuri, no qual apresenta uma análise muito elucidativa sobre a incorporação da obra de O. Spengler no pensamento do historiador chileno A. Edwards. Ver GAZMURI, Cristian. Alberto Edwards y la Fronda Aristocratica. *Historia*, v. I, n. 37, p. 61-95, enero-junio 2004.

Independência: esses valores representavam, segundo o autor, a “essência da alma chilena”.

Estabelecia relação entre Diego Portales e Carlos Ibañez, ambos vistos como homens fortes, capazes de impor a ordem num momento em que a anarquia ameaçava a República. Diego Portales era comparado a Felipe II e Julio Cesar porque restaurara os “valores monárquicos em seus fundamentos espirituais como força conservadora da ordem.”

Ao construir tal imagem do líder chileno, o autor contribuiu para reforçar o mito portalino. A recuperação do personagem mítico se deu a partir do momento em que percebeu a “decadência do Chile”, após a leitura de Spengler. Na sua perspectiva, ela ocorrera em virtude do esgotamento das forças espirituais do país; a partir dessa constatação, concluiu que, diante desse quadro, só restava uma solução: o predomínio “quase” absoluto de um Executivo muito forte no país.

Outros autores deram continuidade à retomada do *mito portalino*. Nos ensaios escritos pelo historiador Francisco A. Encina, o grande líder chileno foi enaltecido, sobretudo em sua obra *Portales: Introducción a la historia de la época de Diego Portales* (1934).

Pertencente a uma família de proprietários de terra que exercera grande influência na região em que vivia, participou da política em Santiago por um curto período, mas acabou voltando para sua propriedade no campo, onde se dedicou à administração de seus bens e à escrita da história.

Interpretou as mudanças ocorridas entre 1891 e 1920 como resultado da crise de uma sociedade tradicional que se manifestava, segundo ele, pela diminuição da “nossa vitalidade”, visível na crise econômica. Referia-se, também, a um abalo moral resultante da ruptura com as ideias e sentimentos tradicionais baseados na espiritualidade herdada dos colonizadores espanhóis.

Sua grande obra sobre *Historia de Chile* (editada em 20 tomos, entre as décadas de 1930-50) causou polêmica: foi, e continua sendo, reverenciada e criticada. Os que a criticam salientam a perspectiva racista no tratamento dos indígenas, considerados “raças inferiores”, e suas teses sobre o comportamento político das pessoas como sendo determinado pela raça. No entanto, apesar das críticas, a obra teve sucesso de público e foi apreciada pelos que se identificavam com o pensamento conservador.

Referindo-se ao período em que fora derrotado o Estado forte vigente no país até 1890, escreveu um texto intitulado *La muerte espiritual del régimen portalino* (1952). Segundo o autor, a partir dessa data ocorreram mudanças, não em decorrência de fatores econômicos, mas devido ao contato mais intenso com a Europa. A admiração por outras civilizações, criticada por Encina, diminuía a vitalidade de organismo nacional e cerceava as forças espontâneas de desenvolvimento; a cópia de instituições sociais, de leis e de sistemas educativos bloqueava o desenvolvimento autônomo e invertera os caminhos da nacionalidade. A partir dessas observa-

ções, concluiu que as mudanças ocorridas desde então, ou seja, a adoção de modelos externos, explicavam o sentimento de crise reinante no país⁵.

Esclarecia que a mudança mais importante era de natureza espiritual: ela afetara a *alma coletiva* a partir da última década do séc. XIX, período no qual os valores herdados do Chile colonial tinham sido renegados. A crítica ao período subsequente evidenciava sua preferência pela época em que a ordem no país era mantida por um Estado forte, tendo à frente Diego Portales que, segundo o autor, contribuíra para a preservação daqueles valores tradicionais.

O mito portalino foi cultuado até mesmo fora do Chile. O escritor venezuelano Mariano Picón Sala, que vivera muitos anos no Chile, escreveu, em 1953, *Pequeña nota sobre la nación chilena*, texto no qual se referia ao Chile da época de Portales como uma “jovem Roma americana”, fecunda graças à presença de grandes homens de Estado, impregnados de razão jurídica e vontade para dirigir um país. Afirmou que, num continente marcado por convulsões, o Chile representara, naquele passado, um caso raro de estabilidade, um “asilo contra a opressão”, equação perfeita entre liberdade e ordem. Conseguiu reformar-se e renovar-se sem cair na cega violência⁶.

Nacionalismo hispanista e identidade chilena

A versão hispanista foi construída por numerosos historiadores agrupados em torno da revista *Estudios*, que teve ampla repercussão no país, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940; a revista se consolidou a partir da obra de Jaime Eyzaguirre – *Hispanoamérica del dolor (1947)*⁷. O autor católico é identificado como um dos expoentes do *revisionismo nacionalista*: opunha-se aos autores do século XIX, críticos da colonização espanhola que, segundo ele, eram responsáveis pela divulgação da “*legenda negra*”.

Em 1937, publicara um texto no qual teceu considerações sobre a crise chilena causada pela “destruição da “sociedade feudal corporativa”, agravada pela implantação de um capitalismo liberal e, naquele momento, pela eclosão de movimentos revolucionários de caráter socialista, surgidos em decorrência da desagregação da economia de mercado.

Procurou explicar, numa publicação de 1939, que a crise também estava relacionada a alterações na identidade nacional. Com relação a este aspecto, partia do pressuposto de que: “Cada povo tem uma *alma* própria” e para encontrar sua

⁵ ENCINE, Francisco. *Nuestra inferioridad económica*. Apud GODOY, Hernán (ed.). *Estructura Social de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1971, p. 242.

⁶ GODOY, *Op.cit.*, p. 203-205.

⁷ LARRAÍN, Jorge. *Identidad chilena*. Santiago de Chile: LOM Ediciones. Colección Escafandra, 2001, p. 181.

essência era preciso “remexer nas *entranhas do ser nacional*” e “na veia do *autêntico*” que já estava arraigada no Chile. A recusa da “*antiga alma*”, que provocara a quebra da tradição hispânica católica, foi atribuída aos liberais que, no afã de imitar os modelos políticos e sociais alheios, foram em busca de uma razão de viver em “fontes exóticas”. Como inúmeros autores latino-americanos dessa época, o autor se posicionava contra as “ideias importadas” e defendia a construção de uma identidade nacional autêntica⁸.

Para melhor compreensão do significado da crise à qual se refere, considero importante esclarecer que, no período em que foram escritos esses textos, o Chile passava por grandes transformações. Para o autor, elas eram decorrentes do abandono do poder forte que caracterizara a chamada *República Conservadora* (1823-1861), durante a qual se destacou a figura de Diego Portales.

A crise a que se refere ocorreu nos primeiros tempos de um período histórico definido por alguns historiadores como *República Democrática*. Conflitos de natureza diversa aconteceram no Chile entre o início do primeiro mandato do Presidente Arturo Alessandri (1920) e o início do governo do Presidente Aguirre Cerdo, eleito em 1938⁹.

Nesse ínterim, os Partidos Comunista e Socialista conquistaram força política considerável. Ocorreu uma cisão no Partido Conservador: ela deu origem à Democracia Cristã, integrada por setores jovens da classe média que reivindicavam transformações sociais e modernização do país nos moldes do regime democrático. A partir dessas mudanças, os partidos históricos Conservador e Liberal, profundamente reduzidos, fizeram uma composição que resultou no Partido Nacional.

No final da década de 1930, surgiu a Frente Popular, que agregou partidos de centro e esquerda: eles representavam reivindicações de mudança no perfil do Estado de forma a ampliar sua atuação na economia e na solução dos problemas

⁸ EYZAGUIRRE, Jaime. Prolegomenos a una cultura hispanoamericana. *Estudios*, n. 78, p. 16, 1939. *Apud* LARRAÍN, *Op. cit.*, p. 106. A propósito da crítica às “ideias importadas”, chamo a atenção para o fato de que essa perspectiva caracterizou a obra de inúmeros ensaístas latino-americanos dos anos 1920 a 1950 que se preocuparam com o tema da identidade nacional.

⁹ Arturo Alessandri foi eleito Presidente, pela primeira vez, em 1920, após intensa luta entre grupos conservadores, representantes de setores dominantes que ocupavam o poder e líderes representantes de novas forças sociais que exigiam mudanças. Nesse contexto, foi lançada a candidatura de Alessandri, porta-voz da classe média e setores populares, com apoio dos Partidos Liberal e Radical. No entanto, o programa de reformas apresentado durante a campanha eleitoral não pode se efetivar porque os conservadores tinham maioria no Senado e a crise econômica, resultante do pós-guerra, restringia a possibilidade de avanço das reformas propostas para beneficiar os setores que apoiavam o governo. Num clima de instabilidade política, as forças armadas interviram, produzindo golpes e contra golpes que resultaram na queda do Presidente; acabou sendo reconduzido ao poder, logo a seguir, para que cumprisse seu mandato constitucional. A partir de 1925, o Chile foi governado pelo ex Ministro da Guerra, Carlos Ibáñez, deposto em 1931, em meio a inúmeros conflitos. No ano seguinte, Arturo Alessandri foi eleito para um segundo mandato que se caracterizou pela preocupação em manter a ordem, razão pela qual sua política foi bem mais conservadora.

sociais¹⁰. Em 1938, triunfou o candidato da Frente Popular, Pedro Aguirre Cerda, originário do Partido Radical.

Contestador das ideias e instituições liberais, progressistas ou reformistas, o autor não poderia aceitar de bom grado as coordenadas políticas de uma *República liberal*, que introduzira reformas sociais.

Jaime Eyzaguirre, em sua obra mais importante *Hispanoamerica del dolor*, publicada em 1947, voltou a criticar os políticos e governantes chilenos pela cópia de modelos estrangeiros. Mas, nesse texto, estendeu sua reprovação aos demais países da América Latina, alegando que esta prática havia sido uma constante nos países ibero-americanos pós Independência. Afirmou que, ao invés de tomar como exemplo os velhos “*fueros y consejos*” castelhanos, a América Latina quis copiar o federalismo norte-americano, o jacobinismo francês e o parlamentarismo britânico. Entretanto essas cópias, segundo o autor, não poderiam ter êxito num contexto tão diverso. A partir desse argumento, concluiu:

Latino-america não só traiu seu ser mais íntimo, mas também fracassou quando tentou copiar. Tal procedimento resultou em “bur-la” e “ridículo” [...]. Em cem anos de vida livre, *Iberoamérica* não disse ao mundo uma só palavra que mereça recordar-se. Seu andar vegetativo e rasteiro só conseguiu atrair o desprezo universal¹¹.

A partir desse arrazoado, completou: “[...] não há que se surpreender porque, como se poderia dizer algo verdadeiro, algo original, algo autêntico, sendo infiel às próprias essências?”¹².

Tempos depois, na década de 1960, o historiador, já consagrado, proferiu uma Conferência intitulada *Por la fidelidad a la esperanza*: suas palavras, que tiveram grande repercussão, demonstraram fidelidade às suas ideias dos anos 1930, sobretudo no que se refere à reafirmação da crença nos pilares conservadores da *chilenidad*, como se pode notar no seguinte trecho:

Não basta nem um território nem um punhado de seres humanos para constituir uma nacionalidade. [...] É necessária a presença de um povo superior e de um caudilho de visão larga e vontade firme [leia-se Portales] para que a geografia inerte se anime. [...] Nasceu assim o Chile e sua história [...] ligada ao destino dos povos do Ocidente. Espanha, filha de Roma e neta da Grécia, foi o cordão umbilical que atou a língua castelhana. [...] Por essa mesma conduta alcançou as latitudes do direito para marcar as fronteiras da

¹⁰ A proposta de uma nova configuração de Estado, interventor e com capacidade para atuar, tanto na economia, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, como nas questões sociais, para solucionar conflitos através da elaboração de leis sociais, foi um fenômeno internacional que se deu tanto na Europa como nas Américas, sobretudo a partir da crise de 1929.

¹¹ EYZAGUIRRE, Jaime. *Hispanoamerica del dolor*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1947, p. 42. *Apud* LARRAÍN, *Op. cit.*, p. 186.

¹² EYZAGUIRRE, *Op. cit.*, p. 21.

ordem e da liberdade, do poder e da justiça. Por esse mesmo leito chegou o cristianismo com o desejo de moderar as discrepâncias, de sanar com amor as feridas da luta armada¹³.

O texto revela a profunda admiração do autor pela cultura hispânica e pelo passado que a preservou. Neste sentido, ainda que de forma indireta, há uma reverência a Diego Portales, visto como aquele que lutou para manter os valores da tradição legada pela Espanha colonial. É importante notar que a valorização desse período, que também faz parte do mito Portales, ocorre num momento de crise, cumprindo o papel que se espera de uma referência mítica. Ou seja, os mitos se prestam para reforçar, justificar ideias e posições políticas defendidas no presente.

A corrente de pensamento revisionista era integrada por muitos outros escritores como Rafael Gandolfo, Roberto Barahona e Osvaldo Lira, que enalteciam o sangue espanhol e a vitalidade da raça hispânica.

Merecem destaque os argumentos usados pelo hispanista católico Osvaldo Lira para definir traços da identidade nacional. Em *Hispanidad y mestizaje*, obra publicada em 1952, afirmou que as nações hispano-americanas eram mestiças, mas a essência cultural de todas elas era proveniente da cultura espanhola, superior às culturas indígenas.

A superioridade, explicava o autor, advinha do fato de serem portadoras dos valores cristãos ignorados pelos índios que, frente a esses valores, se posicionaram como sujeitos passivos. Para deixar mais clara tal submissão, o autor recorreu à seguinte imagem: “Seu aporte [dos indígenas] é similar ao do mármore no processo criativo do escultor: mera resistência passiva”.

Seguindo na trilha das ideias de Eyzaguirre, o autor também criticou a “traição” cometida pelos setores dirigentes da *Hispanoamérica* que se dobraram as influências estrangeiras, relegando ao esquecimento, ou negando, antigos valores hispânicos. Advertia aos que “deixavam de lado a Espanha querendo opor a ela uma revalorização hiperbólica do indígena” que eles atentavam contra o nervo vital encarregado de “atar nossos povos”.

Mas Osvaldo Lira se dizia otimista em relação ao futuro por acreditar, premonitoriamente, que os *valores democráticos* estavam em crise e que iriam desaparecer. Quando isto acontecer, afirmou: “será o momento em que chegará a se impor, esplendorosa, a verdade indefectível dos valores espanhóis”¹⁴.

Jorge Larraín, ao comentar a identidade nacional chilena interpretada como essência do nacional por representantes da corrente hispanista, chamou a atenção para o fato de que o pensamento dos autores mencionados se entroncava com posições corporativistas e antidemocráticas. Tais posições, segundo o autor, com certas

¹³ EYZAGUIRRE, *Op. cit.*, p. 09-10.

¹⁴ LIRA, Osvaldo. *Hispanidad y mestizaje*, (1. ed. 1952). *Apud* LARRAÍN, *Op. cit.*, p. 185. A obra de Osvaldo Lira foi publicada pela primeira vez em 1952, no mesmo ano em que Carlos Ibañez, representante da classe média e setores populares, foi eleito novamente Presidente do Chile.

variantes, se identificavam com as ideias que davam suporte aos regimes ditatoriais de Salazar em Portugal e de Franco na Espanha¹⁵.

Admite que a versão hispanista não tinha a força de antes no país, mas não deixava de sobreviver nas obras de alguns historiadores que resumiam a identidade nacional a uma raiz cultural hispânica. Além disso, não se podia negar que traços importantes da cultura hispânica ainda persistiam entre os chilenos¹⁶.

Referindo-se, especificamente, ao hispanismo católico, salientou a permanência da força da Igreja Católica tradicionalista no Chile no âmbito político institucional. Ela se explica, segundo o autor, pelo papel privilegiado que teve, desde a Colônia, na manutenção da ordem político-social, bem como no exercício da autoridade e controle das consciências no plano religioso, moral e político.

Ainda com relação ao pensamento conservador católico na história recente do Chile, ou seja, durante a ditadura, chama a atenção para um aspecto importante: os representantes dessa corrente convivem muito bem com o liberalismo econômico e aceitam a política neoliberal, de tendência *hayekiana*, profundamente conservadora em matéria de moral, religião e política. O neoliberalismo implantado desde os tempos da ditadura teve o beneplácito da Igreja e dos neoliberais, que tinham afinidade com o catolicismo tradicional, fortalecendo o poder da Igreja¹⁷.

A partir dessas considerações do autor, é possível deduzir que a força política e cultural do pensamento conservador católico, que se mantinha viva no final do século XX, explica também a permanência do culto à identidade nacional marcada por valores hispânicos tradicionais.

Para corroborar esta constatação, apresento alguns textos de autores que abordaram o tema da identidade nacional chilena, a partir dessa mesma perspectiva, no período do regime militar.

Identidade nacional hispanista em tempos de ditadura

Nesta parte, procuro mostrar que as perspectivas conservadoras sobre identidade nacional foram reativadas após o golpe de 1973. Com esse objetivo, farei menção a obras referentes à identidade chilena publicadas durante o novo regime, que se destacaram pela revalorização de ideias expressas nos ensaios sobre *chilenidad*, produzidos por autores citados anteriormente.

As referências sobre identidade nacional, na perspectiva hispanista, continuaram presentes nos discursos produzidos durante o regime militar, que foram elaborados por autores que se identificavam com a ideologia conservadora, através da qual foi construída e reconstruída a identidade nacional chilena.

¹⁵ Cabe indagar por que razão o autor, que publicou sua obra em 2001, não se refere ao Chile de Pinochet.

¹⁶ LARRAÍN, *Op. cit.* p. 186-187.

¹⁷ LARRAÍN, *Op. cit.* p. 218.

Apresento, a seguir, algumas obras mais recentes que expressam a retomada da *chilenidad* nesse novo contexto histórico.

Em 1976, o autor Hernán Godoy publicou o livro *El caracter nacional*, no qual recupera o *mito portalino*.

No capítulo X, quando se refere aos primórdios da organização do Estado nacional, faz uma afirmação muito positiva ao passado correspondente aos anos de 1830-60. Segundo o autor, nessa época o país vivera “um período de paz e prosperidade nos campos econômico, político, social e cultural que alçou o Chile à condição de ‘cabeça das nações hispano-americanas’”. A organização política original, para o autor, criara um “Estado de extraordinária solidez, eficiência e vontade criadora”. Ressaltou, também, a originalidade da Constituição de 1833, fundamentada nos “traços principais do caráter chileno” e garantidora de um poder forte.

Ao analisar o “caráter nacional clássico”, conforme Hernán Godoy, cristalizado nesse período, atestou que ele expressava: a conjugação da “vontade de ser” com “aspiração à ordem” e a afirmação de um estilo político próprio, fundamentado em credo nacional coerente e, desses fatores, resultara a existência de uma “consciência nacional arraigada e lúcida”. Após a exposição desses aspectos positivos da *chilenidad*, concluiu que eles eram fruto das benesses do “Estado portalino”.

Hernán Godoy referiu-se, também, ao “Estado portalino” como introdutor de uma organização institucional sólida, caracterizada pela força moral e pela eficiência, diferenciando-se do restante dos Estados da América Latina que haviam sido construídos a partir de uma ideologia iluminista importada.

As menções elogiosas do autor a Mariano Engaña, considerado responsável pelas ideias conservadoras que nortearam a Constituição de 1833, e ao historiador hispanista Jaime Eyzarrigue evidenciam suas afinidades com o pensamento conservador que foi retomado durante o regime militar.

Ainda no citado capítulo e dando continuidade às referências sobre o passado, apresentou um panorama negativo da sociedade chilena, resultante do sistema político vigente a partir de 1891. Fez menção a uma “crise” caracterizada pelo “progressivo distanciamento entre as classes populares, crescente antagonismo entre elas e tensões latentes que se converteram em conflitos manifestos”. No tocante à questão política, expôs críticas ao sistema de governo implantado em 1891 que, ao limitar as faculdades do governante, anulou o seu poder de árbitro e mantenedor da ordem como havia sido na época *portalina*. Ao lembrar a conquista da liberdade eleitoral adquirida com o novo regime, afirmou que ela contribuíra para acentuar o poder político do dinheiro. A partir dessas análises sobre o passado, concluiu que a “crise chilena” instalada naquele período resultara, também, de um processo de mudança rápida e profunda dos valores tradicionais que cimentavam, até então, a convivência social¹⁸.

¹⁸ GODOY, *Op. cit.*, p. 237-238.

Nessas passagens do livro, fica evidente a nostalgia de Hernán Godoy em relação ao “Estado portalino”. O culto ao passado, além de fortalecer o mito, justificava a necessidade de um poder autoritário, no presente, para manter a ordem. Esta colocação permite intuir que o autor se remeteu ao passado para justificar o golpe de 1973 e a ditadura comandada por Augusto Pinochet, líder forte e mantenedor da ordem. O uso político da história, neste caso, é exemplar.

Menciono outra obra na qual se explicita forte valorização da identidade nacional de viés conservador produzida no passado e revivida no presente. Refiro-me ao livro *Chilenidad*, organizado por Roberto Vilches Acuña: trata-se de uma coletânea de textos referentes à identidade chilena, publicada em 1974, ou seja, no ano seguinte ao golpe¹⁹.

Diego Barros Ortiz, autor do prólogo, apresentou o organizador do livro – Roberto Vilches Acuña – como professor e publicista internacionalmente reconhecido. Esclareceu o objetivo da coletânea: “difundir o espírito da *chilenidad*, que não era outro senão o culto da pátria, tarefa imperiosa “naquele momento” [leia-se: primeiro ano do regime militar].

O organizador da coletânea, R.V.A. procurou definir o significado de *chilenidad* na Introdução da coletânea. Neste sentido, afirmou:

Tarefa difícil porque ela é a essência do sangue dos filhos de nossa Pátria, do espírito que nos alimenta [...]; *chilenidad* é o sumo da nossa alma coletiva, amante da liberdade e da justiça, pelas quais sempre temos quebrado lanças, sentimento profundo que nos legaram os intrépidos conquistadores e os indômitos araucanos, como o decantara Ercilla. [...]

Frente às duras experiências de nossa breve vida de nação jovem, a *chilenidad* soube manter-se inalterável como os Andes, serena como as dormidas águas dos serenos lagos; mas, às vezes, também, enérgica como o estrondo de nossos *vulcões*, quando vê ferida sua dignidade, ameaçada sua liberdade, vibra altiva então, porque ela é a alma da nação. Por isso, jamais permitirá que estranhas consignas a envenenem e impeçam que flame, soberana, outra bandeira que não seja a da nossa estrela solitária.

A metáfora referente a vulcões expressa bem a interpretação do autor sobre o golpe de 1973, que ele justifica no último parágrafo da obra.

A partir de um comentário feito a propósito de uma conferência proferida por Gabriela Mistral sobre a importância do Chile para o Continente austral, Vilches Acuña afirmou:

Nós, de estirpe principalmente hispânica, herdamos de Valdívia a vontade de vencer as mais árduas dificuldades, até em detrimento

¹⁹ VILCHES ACUÑA, Roberto. *Chilenidad*. Santiago de Chile: Ediciones Encina, 1974, p. 169-171.

da vida, como a perdeu na sua heróica empresa; herdamos de Don Quijote o desejo de justiça [...]. Deus queira que consigamos manter sempre vivo esse nobre sentimento e que, inspirados nele, *sabamos defender denodadamente a Pátria de toda ameaça como estamos fazendo hoje e o fizemos antes na gesta do 11 de setembro de 1973*. Assim nossa história seguirá irradiando aos povos que sofrem *corrosiva gangrena* internacional, exemplo de altivez, de galhardia e patriotismo²⁰.

Nesse trecho, deixou claro que o golpe chileno salvara o Continente da ameaça de ideias e práticas subversivas estrangeiras que enfraqueciam a identidade nacional e comprometiam a ordem interna.

Menciono, finalmente, outro exemplo que demonstra a valorização da identidade nacional conservadora, construída no passado para justificar o presente. Mario Góngora, autor que se identificava com a corrente hispanista, retomou essas ideias em sua obra *Ensayo Histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*, publicada em 1981.

O historiador, adepto do historicismo, publicou inúmeras obras com enfoque na história das ideias, história das mentalidades, história das instituições. Na década de 1930, aproximou-se da Juventude Conservadora católica e dos fundadores da Falange. Desde então, sempre combateu as concepções materialistas, o liberalismo e o marxismo. Publicou ensaios na revista hispanista *Estudios*, expressão do revisionismo hispanista.

Em 1971, publicou artigo no qual advertia os chilenos sobre o risco de se deixarem levar por um novo “ídolo del foro”, o materialismo neocapitalista, que servia de base para as teorias sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento e para o Socialcristianismo. Lembrava aos leitores que a América Hispânica era originária de Castilha, “país estranho à tradição burguesa”, presente nas análises desenvolvimentistas. E completou: “É evidente que o caráter indômito, o desapego pelo trabalho intensivo, metódico e sedentário (que depende, em boa parte, no caso chileno, do gênero de vida *ganadero y guerrero*, originário deste povo), está distante do “tempo é dinheiro”, apregoado por Benjamín Franklin, o supremo artífice da virtude burguesa.²¹

Na década seguinte, veio a público o livro mencionado acima, que teve ampla repercussão e causou grande polêmica. Nessa obra, o autor ressaltou o papel histórico crucial *do governo Portaliano, forte e autoritário, na formação do estado chileno* e também referendou as interpretações de Alberto Edwards e demais autores que contribuíram para a construção do mito em relação a Diego Portales. Em suma, deixou clara sua afinidade com as ideias dos historiadores hispanistas da década de 1930.

²⁰ VILCHES, *Op. cit.*, p. 257-258.

²¹ GÓNGORA, Mario. Materialismo Neocapitalista, el actual “ídolo del foro”. In: GODOY, *Op. cit.*, p. 538.

Joaquín Fernandois, no Prólogo da 7ª. edição dessa obra (1986), comentou que, frente ao golpe de 1973, o autor recuperara uma esperança, acalentada desde os anos 1930, de que viesse a ocorrer no Chile uma mudança no poder vinculada a uma mudança espiritual e, neste sentido, *enxergou o 11 de setembro como uma “ventada” aberta para a mudança*. O período reformista (1967-1973) havia provocado nele o maior dos ceticismos, afirma o autor do Prólogo.

Mario Góngora esperava que, depois do golpe, a nação chilena reencontrasse o caminho de sua história inicial, ou seja, dos “tempos portalinos”. Na condição de Professor Universitário, referiu-se, especificamente à Universidade, acreditando que ela iria voltar a ser o que fora antes das reformas dos anos 1960. No entanto, logo se decepcionou com a política universitária posta em prática na ditadura, definida por ele como “triumfalismo paneconomicista”, repudiando a orientação neoliberal.

Como se pode notar, os textos aos quais fiz menção evidenciam a permanência das ideias conservadoras nos anos da ditadura. Os autores que recuperaram tais concepções do passado, fizeram referência ao *mito portalino* para justificar a necessidade de um poder forte e capaz de manter a ordem. Neste, como em outros momentos da história chilena, o mito foi invocado para cumprir o que se espera de uma referência mítica: elas se prestam, com muita eficácia, para reforçar e justificar ideias e posições políticas defendidas no presente.

Conclusão

As construções míticas constituem componentes importantes na construção e reconstrução de identidades nacionais que, embora se configurem como imaginários sociais, mostram sua força quando se materializam em práticas. Espero ter demonstrado a importância das representações sobre a *chilenidad* construídas no passado, ao salientar como elas foram acionadas durante a ditadura e se fizeram presentes, não só nos discursos oficiais, mas também nos pronunciamentos de indivíduos e grupos que apoiaram o novo regime, por convicção ideológica ou por interesses de natureza diversa. Neste caso, a recuperação da identidade nacional teve como objetivo justificar o golpe e angariar maior apoio para o novo regime.

Ao analisar as referências sobre identidade chilena ou *chilenidad*, assumi uma postura crítica em relação às concepções essencialistas e conservadoras que nortearam essas representações, mas procurando também deixar claro que não se pode menosprezar a importância das identidades nacionais e seu potencial mobilizador.

Artigo recebido em 10 de abril de 2013.

Aprovado em 03 de julho de 2014.